

Senado já fiscaliza o GDF

“Reconheço que o governo não tem maioria no Senado para aprovar sozinho seus projetos. Mas o Senado é formado por parlamentares de responsabilidade e espírito público e as matérias que enviarei serão do interesse da comunidade”. A declaração é do governador Joaquim Roriz, após a cerimônia de promulgação da resolução que limitou os poderes do Executivo local, dando ao Senado competência para fiscalizar o projeto de governo e atos administrativos do GDF.

Segundo o governador, a limitação de seus poderes é um fato comum em sua vida política, uma vez que o Senado assumiu ontem as funções de Câmara Legislativa do DF, instituição semelhante à Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa de Goiás, entidades com as quais conviveu durante o período que foi interventor da capital de Goiás.

Este caráter democrático da resolução promulgada foi acentuado também pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), que afirmou que o documento dá poder aos senadores e deputados de

Brasília para que apresentem projetos de lei de interesse da comunidade. Na sua opinião, a medida representa uma “abertura” de novos canais de comunicação para a população já que seus representantes

no Congresso poderão apresentar projetos para solução de seus problemas.

O ponto de vista do Presidente do Senado foi reiterado pelo relator da resolução, senador Maurício



Roriz (E) cumprimenta Humberto Lucena após a cerimônia

Correa (PDT-DF), que ressaltou, ainda, os novos poderes da Comissão do DF, lembrando que agora qualquer cidadão poderá se dirigir ao órgão para apresentar suas queixas, reclamações ou petições. Estas queixas, frisou, poderão ser transformadas em projeto de lei.

A resolução foi promulgada ontem, às 17h00, em cerimônia realizada no Salão Nobre do Senado. Participaram da solenidade, além de Joaquim Roriz, Humberto Lucena e Maurício Correa, membros da bancada de Brasília no Congresso, políticos do DF e secretários de governo, entre outras autoridades.

Os pontos principais da resolução, definem que cabe ao Senado a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do DF. O orçamento e o projeto de governo terão de ter aprovação da Casa, o governador só poderá se ausentar — por mais de 15 dias — com a anuência do Senado, além do que seus secretários são obrigados a depor quando convocados e também serão processados por crime de responsabilidade quando couber.